

Líderes fazem acordo para votação da reforma tributária

Reunião definiu ontem os rumos das mudanças, que deverão ser implantadas em três etapas até 2007. Segundo o acordo, o relator Romero Jucá apresentará parecer garantindo a prorrogação da CPMF e da DRU já em 2004. O processo se encerra com a implementação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)

Página 5



Célio Azevedo

CONSENSO Líderes partidários reuniram-se ontem por mais de quatro horas no gabinete do senador Aloizio Mercadante

PREVIDÊNCIA

Comissão aprova paridade e mais seis mudanças

Relatório de Tião Viana favorável à emenda paralela foi aprovado pela CCJ. Senador diz que a proposta aborda sete pontos fundamentais. Entre eles, a paridade nos vencimentos de ativos e inativos, o subteto nos estados e a inclusão das donas-de-casa no sistema.

Página 4

Plenário acolhe MP que autoriza soja transgênica

O Senado aprovou ontem normas para o plantio e a venda de soja transgênica da safra de 2004, mantendo na íntegra o texto da medida provisória votado pela Câmara dos Deputados. Outra medida autorizada regula o desconto de empréstimos em folha de pagamento. Uma terceira medida

Página 3

provisória abre crédito extraordinário de R\$ 2,3 bilhões ao Ministério da Fazenda para ser utilizado em programas de abastecimento de energia elétrica. Os senadores aprovaram outros projetos, como o que garante o pagamento de um salário mínimo mensal aos pescadores artesanais durante o período de defeso.



Paim defende aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Página 8



Roosevelt Pinheiro

CRUZADA Para Aelton, posições defendidas pelo vice-presidente da República foram ouvidas

Aelton elogia redução da taxa de juros

O senador Aelton Freitas (PL-MG) elogiou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir em 1,5 ponto percentual a taxa de juros Selic, que passa a ser de 17,5%.

– Essa importante medida demonstra que a verdadeira cruzada contra os juros altos do ilustre vice-presidente José Alencar, a quem tive a honra de substituir nesta Casa, está dando resultado – disse o senador.

Aelton afirmou que, mesmo sendo lenta e gradual a redução dos juros, os responsáveis pela política econômica do governo "não taparam os ouvidos para as pertinentes posições defendidas por José Alencar". De acordo com o senador, é preciso que fique claro que, apesar de este ser o sexto corte consecutivo nos juros, que já caíram nove pontos desde junho, "o Brasil continua com a mais alta taxa de juros do planeta".

O senador informou ainda que especialistas têm indicado que se a taxa de juros continuar, nos próximos anos, em torno de 11%, será muito difícil o país conseguir um crescimento econômico consistente e sustentado.

Senado busca alternativas de combate à biopirataria

■ Subcomissão da Amazônia irá conduzir estudos de medidas legislativas para conter esse tipo de crime

O Senado aprovou a realização de estudos de medidas legislativas para evitar a biopirataria na região amazônica, por indicação do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Os estudos deverão ser feitos no âmbito da Subcomissão da Amazônia, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em sua justificativa, ele argumenta serem frequentes ações



Célio Azevedo

RISCO Autor da proposta, Arthur Virgílio quer conter envio de riquezas da região ao exterior

que caracterizam biopirataria, como o envio ilegal de frutos, essências, madeiras, folhas e sementes ao exterior. O sena-

dor disse que, mediante simples processamento dessas espécies, podem ser produzidos alimentos ou cosméticos.

De acordo com Arthur Virgílio, "essas práticas são prejudiciais aos interesses brasileiros, pois abrem caminho para o patenteamento internacional das riquezas amazônicas".

Em seu relatório na CRE, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que o tráfico de plantas e animais constitui a terceira atividade criminosa internacional mais lucrativa, atrás apenas do tráfico de drogas e de armas. Segundo ele, a biopirataria tem estreita ligação com setores lícitos da economia.

Pescador terá salário durante o defeso

O pescador profissional que exerce sua atividade de forma artesanal deverá passar a contar, durante o período de defeso para preservação das espécies, com um salário mínimo mensal (R\$ 240) concedido a título de seguro-desemprego. O benefício está previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 86/03 aprovado ontem em regime de urgência pelo Plenário do Senado. A matéria segue agora para sanção do presidente da República.

Além de revogar a Lei nº 8.287/91, com o intuito de aperfeiçoar os dispositivos sobre a concessão do benefício, a proposição substituiu o Projeto de Lei nº 3.049/00, vetado integralmente, em fevereiro passado, pelo presidente Lula. Não obstante esse veto, a proposta da Câmara, aprovada ontem, aproveitou o cerne daquele projeto, relativo aos requisitos para obtenção do benefício: a redução do prazo de três para um ano da exigência do registro de pescador profissional junto à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

Sanção

Também em regime de urgência foram aprovados pelo Plenário outros quatro projetos, que vão à sanção presidencial. O PLC nº 91/03 trata da definição da carreira dos especialistas em meio ambiente vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama. O impacto financeiro da medida, classificada como de "mérito inquestionável" pelo relator da proposta, senador Tião Viana (PT-AC), será de R\$ 15 milhões em 2003. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), saudou a aprovação da matéria.

O PLC nº 79/03 propõe a alteração na estrutura do quadro de pessoal do Supremo Tribunal Federal (STF), transformando 71 cargos de auxiliar judiciário em 17 postos de analista judiciário e 14 de técnico judiciário. O PLC nº 85/03 altera a organização judiciária do Distrito Federal. Pela proposta, o Tribunal de Justiça do DF e Territórios torna-se "tribunal pleno", dividindo-se em quatro câmaras e oito turmas.

Já o PLC nº 81/03 cria cargos do grupo de processamento de dados do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e é de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 9h

As atividades do Plenário hoje, com início previsto para as 9h, serão destinadas a pronunciamentos dos parlamentares, sem a votação de matérias. O leitor poderá acompanhar os trabalhos ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado, além da cobertura feita pela Agência Senado na Internet.

Parlamentares contra a discriminação racial

Começa hoje o 1º Encontro de Parlamentares Negros e Negras das Américas e do Caribe, realizado no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. O evento, uma iniciativa da Câmara, do Senado e da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, visa fortalecer a luta contra a discriminação.



Reforma do Judiciário

O programa *Debate Brasil*, da TV Senado, às 22h, discute a reforma do Judiciário com Ney Bello, vice-presidente da Associação dos Juizes Federais; Fernando Tourinho, juiz do Tribunal Regional de Brasília; Reginaldo de Castro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; e Sérgio Renault, secretário do Ministério da Justiça.

Obras de arte do Congresso

As peças dos acervos do Senado e da Câmara podem ser apreciadas na exposição "Obras de Arte – Câmara e Senado", que fica aberta até o dia 7 de dezembro, no Salão Negro do Congresso. A mostra, em comemoração aos 180 anos do Legislativo, conta com cerca de 50 obras de diversos períodos culturais brasileiros.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Débito em folha é autorizado pelo Senado

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado o projeto de lei de conversão (PLV nº 25) à medida provisória (MP nº 130/03) que permite o débito em folha de pagamento de descontos relativos a prestações de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil. A medida foi editada para estimular o consumo nas faixas de renda mais baixas.

Como houve alterações na MP, já aprovada pela Câmara dos Deputados, a matéria retornará àquela Casa. Uma das mudanças impede que os empregadores e as entidades centrais cobrem qualquer taxa pela celebração ou concordância em efetuar o desconto e repassá-lo aos credores.

Já constava da medida provisória a proibição de que os descontos desses empréstimos excedam a 30% do salário líquido do trabalhador.

De acordo com o relator da matéria, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), na exposição de motivos que acompanha a MP, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prevê que o desconto em contracheque deverá diminuir as taxas dos empréstimos, uma vez que as empresas de crédito não correrão maiores riscos para receber o dinheiro emprestado.

– Somos favoráveis à aprovação da matéria. Ninguém nega mais a necessidade de uma imediata retomada do crescimento econômico – afirmou Bezerra em seu relatório.

Durante a discussão da matéria, o senador José Jorge (PFL-PE) se disse contrário à medida provisória, por entender que estimularia o endividamento de uma parcela da população que já deve bastante. Apoiaram a iniciativa os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Hélio Costa (PMDB-MG), Ideli Salvatti (PT-SC) e Ney Suassuna (PMDB-PB).



DESENVOLVIMENTO Fernando Bezerra disse que MP contribui para retoma do crescimento



SEM MODIFICAÇÃO O Plenário manteve na íntegra o texto acolhido pela Câmara dos Deputados

Aprovada MP que libera o plantio da soja transgênica

■ Permissão vale para a safra de 2004 e livra do prejuízo agricultores que usaram o grão modificado

O Senado aprovou ontem normas para o plantio e venda da soja transgênica da safra de 2004. O relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), manteve na íntegra o texto, acolhido na Câmara, como projeto de lei de conversão (PLV nº 26) à medida provisória (MP nº 131/03). Conforme o projeto, as sementes modificadas poderão ser plantadas até 31 de dezembro deste ano e a colheita poderá ser comercializada até 31 de janeiro de 2005.

O PT, à exceção do relator, e o PSB votaram em bloco na emenda, do senador Sibá Ma-

chado (PT-AC), que proibia o registro provisório de grãos transgênicos no Registro Nacional de Cultivares, do Ministério da Agricultura.

Sibá argumentou que, ao se permitir o registro de grãos transgênicos e seu plantio para fins de pesquisa, parte desses grãos seria usada novamente na safra seguinte. O relator e o senador Osmar Dias (PDT-PR) foram contra a emenda. Conforme disseram, a proibição do registro provisório impediria que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) registrasse as experiências genéticas que tem feito.

– Se proibirmos o registro, nada vai impedir que uma multinacional pirateie pesquisas da Embrapa – disse Osmar Dias.

Co-autora da emenda, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que “este é um artigo

transgênico, que não constava da medida provisória”.

A polêmica sobre transgênicos aumentou com a importação ilegal, por produtores gaúchos, de sementes de soja modificadas. Em 1998, a Justiça proibiu o cultivo comercial de transgênicos. Mas, a essa altura, a maior parte da soja no Rio Grande do Sul já era modificada. Para não pôr na ilegalidade a safra de 2003, o Executivo editou em março medida provisória (MP nº 113), legalizando-a e proibindo o uso das sementes na safra seguinte. Mas os produtores já tinham usado parte dos grãos como semente para a safra 2004.

Delcídio explicou que, novamente para evitar prejuízos, o governo editou nova MP (nº 131), permitindo para a safra de 2004 o grão transgênico plantado em 2003.

Jonas Pinheiro elogia decisão do Plenário

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) comemorou a manutenção, no texto da medida provisória sobre cultivo de soja transgênica, do dispositivo que impede a responsabilização dos produtores que plantaram sementes geneticamente modificadas. Outra medida positiva, avaliou, foi a garantia da continuidade das pesquisas.

Ele observou que o projeto de lei de conversão não torna menos restritivo os dispositivos do texto original da MP, nem retrocede em sua determinação de amparar direitos do consumidor, ao regulamentar a rotulagem dos produtos.

Ao analisar as mudanças feitas na MP pela Câmara, Jonas Pinheiro considerou lógica a inclusão de dispositivo que regulamenta o plantio da safra de 2003 e das anteriores, a fim de



APOIO Jonas Pinheiro é favorável à continuidade de pesquisas sobre transgênicos

evitar a responsabilização de quem cultivou soja modificada sem permissão legal. Ele também elogiou a preocupação do relator, na Câmara, em não engessar a pesquisa nacional sobre a soja transgênica.

– O relator colocou dispositivo que autoriza o registro provisório de variedades de soja

geneticamente modificada, tendo a cautela de vedar sua utilização como semente até a existência de legislação específica que regulamente a comercialização da semente de soja transgênica no país.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a continuidade das pesquisas sobre transgênicos. A mesma preocupação foi demonstrada por Aelton Freitas (PL-MG).

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a manutenção do artigo da MP que permite o registro provisório de patentes de novas variedades pesquisadas pela Embrapa e outros institutos de pesquisa.

As preocupações de Jonas Pinheiro foram endossadas pelos senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Programa de energia elétrica terá R\$ 2,3 bi

O Plenário aprovou o projeto de lei de conversão à medida provisória (MP nº 129/03) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 2,3 bilhões, ao Ministério da Fazenda, a ser utilizado em programas de abastecimento de energia elétrica.

Os recursos financiarão o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica de que trata a MP nº 127/03.

Como dispositivo daquela medida relativo ao rateio de consumo nos sistemas isolados de energia foi vetado na expectativa de mudanças no âmbito da reforma tributária, o senador César Borges (PFL-BA) atendeu a pedido do governo para que o trecho retirado fosse incluído no texto da MP nº 129. Assim, a matéria retornará para novo exame da Câmara dos Deputados.

Benefício a morador de fronteira

Os senadores aprovaram o texto do acordo firmado entre Brasil e Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a pessoas que residem em regiões fronteiriças dos dois países. O acordo foi celebrado em agosto do ano passado. A qualidade de fronteiro poderá ser outorgada por cinco anos, prorrogável por prazo indeterminado, valendo exclusivamente nos limites da localidade para a qual foi concedida.

Pelo acordo, compete à Polícia Federal do Brasil e à Direção Nacional de Migrações do Uruguai conceder o documento. A matéria vai à promulgação. Serão beneficiados os seguintes municípios: Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo, Barra do Chuí, Jaguarão, Aceguá, Santana do Livramento, Quaraí e Barra do Quaraí.

Cartagena

O Plenário do Senado também aprovou ontem o texto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica. O acordo foi celebrado em Montreal, Canadá, em 29 de janeiro de 2000.

REFORMAS Comissão de Justiça acolhe relatório de Tião Viana favorável à emenda paralela da Previdência. Subtetos salariais nos estados continuam em negociação. Governador Aécio Neves reúne-se hoje com líderes

Paridade dos servidores é aprovada na CCJ

Em reunião extraordinária na manhã de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por 15 votos a 6 o relatório do senador Tião Viana (PT-AC) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC nº 77/03) – a chamada PEC paralela – que altera a reforma da Previdência (PEC nº 67/03). Criada para receber as mudanças dos senadores à reforma da Previdência, a proposta paralela segue agora para discussão em primeiro turno em Plenário. Já a reforma da Previdência encontra-se mais avançada e terá na terça-feira sua primeira e decisiva votação de Plenário.

De acordo com o relator, a PEC paralela aborda sete pontos que considera fundamentais: a paridade entre os vencimentos de inativos e ativos; a isenção da contribuição dos inativos nas aposentadorias e pensões recebidas por portadores de doenças incapacitantes até o limite de R\$ 2.880 e 4.800, respectivamente; a redução de cinco anos de contagem do tempo de contribuição para aposentadoria de deficientes físicos; o controle social da Previdência; a inclusão de donas-de-casa no sistema previdenciário; o censo previdenciário periódico; e o subteto dos estados.

Ele explicou ainda que, assim que a PEC nº 67 for promulgada, o governo poderá regulamentar alguns pontos do novo texto constitucional por meio de medida provisória (MP), conforme acordo de líderes da base do governo com o Palácio do Planalto.

Segundo Tião Viana, a paridade entre ativos e inativos foi incluída na paralela por emenda de Paulo Paim (PT-RS) e Garibaldi Alves (PMDB-RN), negociada também com a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Pelo texto, os servidores que se aposentarem com 25 anos de serviço público, 15 anos na mesma carreira e cinco anos no mesmo cargo terão direito à paridade integral com relação aos seus colegas da ativa. Pelas regras da PEC nº 67, não haverá paridade total para os aposentados e eles só chegarão à inatividade se tiverem cumprido 20 anos de serviço público, sendo dez numa mesma carreira.



CONCESSÕES Tião Viana (D) ressalta que a emenda paralela trata de sete pontos que ele considera fundamentais

– Setores sociais também concordam que, nesses termos, a paridade é satisfatória. Talvez esse seja o maior avanço da reforma da Previdência em comparação com a matéria original do Executivo – afirmou Tião Viana, prevendo que em três semanas, ou no máximo na convocação extraordinária de janeiro, a PEC paralela poderá estar aprovada.

Como garantia de que a PEC paralela vai tramitar normalmente, Tião Viana declarou que o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, apresentou compromisso escrito pedindo tratamento urgente para a matéria e informou que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, também já apresentou compromisso formal.

Tião Viana disse ainda que os executivos federal e estaduais têm necessidade emergencial de aprovação da PEC nº 67, razão pela qual a paralela é, na

sua opinião, a melhor maneira de alterar a reforma da Previdência. Ele declarou que a PEC paralela já tem a legitimidade até de setores da oposição. “A resposta será satisfatória e o reconhecimento virá no momento oportuno”, avaliou.

Da mesma maneira, Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que, com a proposta de emenda constitucional paralela, o Senado está tentando ganhar tempo e eliminando a dupla discussão, havendo possibilidade de aperfeiçoar a proposta.

– O PMDB tem a garantia de que essa PEC é para valer – frisou Suassuna.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) reclamou da ausência dos líderes na reunião da CCJ. Declarando que os senadores atenderam o apelo do governo de acatar a PEC paralela, ele pediu uma oportunidade para votar pela alteração de pontos da proposta.

Subteto provoca polêmica na comissão

A fixação de subtetos salariais nos estados e nos municípios foi a questão que provocou maior polêmica nos debates em torno do relatório sobre as emendas à proposta paralela, que reúne as modificações apresentadas no Senado ao texto da reforma da Previdência aprovado na Câmara dos Deputados.

Na reunião da CCJ de ontem, o relator Tião Viana não conseguiu convencer alguns integrantes da Comissão de Justiça de que a transferência dessa decisão para a alçada dos estados e dos municípios é a proposta que melhor atende aos governadores.

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou a adoção de subtetos múltiplos, como está na PEC nº 67. Ela prevê três subtetos estaduais, sendo que o salário do

governador será o máximo pago aos funcionários do Executivo, o do deputado estadual para o Legislativo e o do desembargador para o Judiciário. A única mudança introduzida pela PEC paralela é a concessão de 60 dias para que governadores e prefeitos proponham alterações em seus vencimentos.

Heloísa Helena (PT-AL) sustentou que o próprio governo poderia ter resolvido em sua proposta essa preocupação dos governadores em preservar as carreiras de Estado.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu o governador mineiro Aécio Neves, que quer manter na reforma da Previdência o inciso que cria os subtetos diferenciados. Ney Suassuna (PMDB-PB) reafirmou a posição do PMDB, favorável à PEC paralela.

Aécio e Rigotto vão negociar com senadores

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, estará hoje no Senado, às 10h, para uma reunião com líderes partidários, na tentativa de encontrar uma saída para a fixação do subteto salarial nos executivos estaduais. Na segunda-feira, será a vez do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

Aécio e Rigotto têm posições divergentes sobre o assunto. Aécio quer manter o texto aprovado pelos deputados na reforma da Previdência, pelo qual o maior salário no Executivo estadual será o do governador. O problema surgiu porque em pelo menos dois estados – Rio Grande do Sul e Santa Catarina – os salários dos governadores são baixos. No caso gaúcho, há um agravante: um aumento de salário do governador deve ser fixado num ano para valer só no ano seguinte.

Por isso, a pedido dos governadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o PMDB



ENTENDIMENTO Aloizio Mercadante espera acordo sobre subteto até terça-feira

vem defendendo a supressão do inciso da reforma constitucional que fixa os subtetos. Assim, o assunto seria tratado na chamada emenda paralela da Previdência, que já determina que os governadores terão 60 dias para enviar projetos de lei às assembleias aumentando seus salários, desde que o limite seja o vencimento do desembargador da Justiça estadual.

– Vamos tentar um acordo antes de terça-feira, quando será votada a reforma da Previdência. O governo não abre mão dos subtetos estaduais.

O que prevê a emenda paralela

Atuais funcionários terão os mesmos reajustes salariais dos ativos, quando se aposentarem, desde que tenham completado **25 anos de serviço público**.

Permissão para que pessoas sem vínculo empregatício e donas-de-casa contribuam para o INSS com **alíquotas menores** e usufruam de benefícios com carências também menores.

Prazo de 60 dias para que governadores proponham às assembleias legislativas aumento de seus salários: a reforma da Previdência determina que o subteto do Executivo será o vencimento do governador.

Aposentados com doenças incapacitantes só pagarão contribuição previdenciária de **11%** sobre a parcela que passar de **R\$ 2.400** (estados) e **R\$ 2.880** (União). Para pensionistas com as mesmas doenças, a isenção vai até **R\$ 4.800**. O limite para quem não tem essas doenças é a metade.

Controle da sociedade sobre as previdências, com representantes do Ministério Público, Judiciário e Legislativo nos colegiados. Recenseamento previdenciário a cada **cinco anos**.

REFORMAS Ficou acertado que o relator da proposta, Romero Jucá, acolherá sugestões da oposição e apresentará parecer favorável ao texto já aprovado na Câmara naquilo que atender às urgências fiscais do governo

Acordo de lideranças garante a prorrogação da CPMF e da DRU

Após quase quatro horas de conversas, as lideranças dos partidos governistas e da oposição, reunidas no gabinete do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), chegaram a um consenso sobre a reforma tributária, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ficou definido que o relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentará parecer favorável ao texto da Câmara naquilo que atender às urgências fiscais do governo, como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU) em 2004.

O texto deverá acolher as sugestões contidas no relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), entre elas a implantação da reforma em três etapas. Jucá deverá acrescentar os pontos negociados e que representam mudanças amplas no sistema tributário a serem aplicadas até 2007. Essa foi uma condição imposta pelos opositores para a aprovação da DRU e CPMF.

Conforme Mercadante, na primeira fase, aplicável já em 2004, União, estados e municípios serão os principais beneficiários, pois serão prorrogadas a DRU e a CPMF. Ele avalia que os contribuintes também ganhariam com a ampliação da abrangência da tributação simplificada, o chamado Super Simples.



NEGOCIAÇÕES Consenso foi obtido após quase quatro horas de conversas entre os líderes partidários

Na segunda etapa, com início em 2005, serão unificadas as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e será implantado o cadastro único de contribuintes. Está prevista ainda para esse ano a redução da alíquota da CPMF dos atuais 0,38% para 0,08%, a depender dos indicadores macroeconômicos, explicou o líder. Segundo disse, a guerra fiscal deverá terminar em 2005.

Unificação

Para 2006 está marcada a unificação das contribuições previdenciárias – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Para a última etapa, em 2007, existe a intenção de criar o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que absorveria o ICMS.

De acordo com Jereissati, agora sim está se caminhando para “uma verdadeira reestruturação do sistema tributário”. Ele considera que as medidas darão fim “à parafernália tributária do país”.

Essa é também a opinião do relator Romero Jucá.

– Nós avançamos e definimos o modelo tributário que resultará em redução da carga tributária. As linhas gerais ficaram definidas e agora só faltam os detalhes. Mas eu tenho certeza que entraremos em acordo e acredito que poderemos votar a matéria antes do Natal

– previu, informando que, segunda-feira, dia 24, nova reunião de líderes começará a esboçar o texto estabelecendo as três etapas da reforma.

Jucá explicou que a reforma não será fatiada para exame dos senadores, mas será aprovada naquilo que for acordado.

O único líder a considerar que ainda restam muitos pontos a serem detalhados foi José Agripino (PFL-RN). Para ele, é pouco provável que a reforma seja aprovada antes do Natal. Agripino anunciou que o PFL tem condicionantes – como o Fundo de Desenvolvimento Regional e parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em favor dos municípios – para apoiar a prorrogação da CPMF e DRU.

Hélio Costa defende ajuda a municípios

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu ajuda às pequenas cidades brasileiras, que estão enfrentando grave crise financeira devido à diminuição dos montantes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para ele, “é indispensável sanear as finanças municipais, preparando as prefeituras para fazer parte do ciclo de crescimento econômico que começa em 2004”.

Delegação de prefeitos mineiros apresentou quarta-feira ao vice-presidente José Alencar propostas de recomposição financeira. Entre elas, a permissão para utilizar os depósitos judiciais que estão parados para pagamento do 13º salário; repasse de 25% da parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) destinada aos estados; e aumento de 22,5% para 27,5% da arrecadação dos impostos federais como IR e IPI na formação do FPM.

Hélio Costa disse que as grandes cidades já tiveram a situação financeira equacionada, com a reformulação do Imposto sobre Serviços (ISS).

Brasileiros nos EUA

O senador anunciou a ida de delegação de parlamentares aos Estados Unidos, no próximo dia 30, para tentar solucionar o caso de brasileiros presos no país, por falta de documentação regular de imigração. Desde 11 de setembro de 2001, cerca de 3,7 mil brasileiros foram abordados pelo governo norte-americano, e 922 foram presos. Hélio Costa enfatizou que esses brasileiros não cometeram crime algum, e podem ser repatriados, desde que sejam autorizados por um juiz.



SITUAÇÃO Hélio Costa lembrou que pequenas cidades passam por grave crise financeira

Novo sistema tributário será implantado em etapas

A reunião, ocorrida ontem, entre os líderes partidários que definiu os rumos da reforma tributária em exame no Senado desenhando o modelo tributário a ser implementado no país até 2007. A intenção do governo, segundo os senadores presentes ao encontro, é reduzir a carga tributária e manter o equilíbrio fiscal e orçamentário.

Foram estabelecidas três etapas de implantação da reforma.

1ª (em 2004) – prorrogação da Desvinculação de Receitas da

União (DRU) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mantida a atual alíquota de 0,38%. Ampliação da abrangência da tributação simplificada (Super Simples).

2ª (de 2005 a 2006) – uniformização das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com cobrança no destino do imposto. Será iniciada a redução paulatina da CPMF – a depender dos índices macroeconômicos – até atingir a alíquota de 0,08%, quando a contribuição será trans-

formada em Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF), com caráter fiscalizador dessa atividade no país e, provavelmente, percentual permanente. Criação do cadastro único de contribuintes. Fim da guerra fiscal. Unificação das alíquotas previdenciárias – Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – e do Sistema Simples.

3ª (em 2007) – implementação do

Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) englobando o ICMS. Redução e consolidação da carga tributária.

A discussão sobre a elevação do Fundo de Desenvolvimento Regional já para 2004, como pleiteiam os partidos de oposição, deverá continuar na reunião da próxima segunda-feira. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que relata a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, informou que ainda não existe receita definida para esse fim.

Senadores querem conhecer gastos com cartão do governo

■ Simon e Virgílio enviam à Mesa pedidos de informações à Casa Civil sobre despesas do Executivo federal

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) encaminharam à Mesa do Senado pedidos de informações à Casa Civil sobre gastos da Presidência da República com o cartão de crédito corporativo. O cartão é utilizado para despesas de integrantes dos primeiros escalões do governo, substituindo os recursos em espécie.

Simon pede detalhes sobre o uso do cartão de crédito, citando o valor de R\$ 2,8 milhões que teria sido gasto nos primeiros dez meses do ano. Ele salienta que a maior parte desses gastos é de despesas realizadas no exterior, apesar de o Itamaraty se encarregar oficialmente das despesas. Simon lembra que em 2001, no gover-

no anterior, já se verificaram dúvidas a respeito do uso desse cartão.

– O governo atual veio exatamente para moralizar a administração pública – diz Simon.

Já Virgílio aponta para a previsão de gastos da Presidência da República da ordem de R\$ 4,8 milhões por meio do cartão de crédito. Ele também solicitou informações sobre a compra de mobiliário, incluindo duas mesas de luxo.



VIAGENS Segundo Pedro Simon, Executivo já gastou este ano R\$ 2,8 milhões

Sarney defende a redução da maioria penal para 16 anos

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que é favorável à redução da maioria penal para 16 anos, por considerar que a legislação em vigor, que fixa a maioria em 18 anos, corresponde a uma realidade que já foi ultrapassada.

– Hoje, os jovens aos 16 anos têm um grande volume de informações, sua personalidade está desenvolvida, com noção exata da cidadania, de sua responsabilidade, seus direitos e deveres. Portanto, acho que

não existe motivo para não considerá-los responsáveis penalmente – observou.

José Sarney afirmou estar preocupado com o fato de a legislação estimular as quadrilhas a colocar à frente de suas ações criminosos jovens com menos de 18 anos, que ainda não têm responsabilidade penal. “O resultado é que esses jovens matam e morrem, se tornam vítimas da utilização por essas quadrilhas”, disse ele. “É uma coisa cruel”, acrescentou.



APROXIMAÇÃO Suplicy presidiu reunião que ouviu também a deputada suíça Lili Nabholz

Instalado Grupo Parlamentar Brasil-Suíça

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) instalou ontem o Grupo Parlamentar Brasil-Suíça, destinado a aproximar os Parla-mentos dos dois países. No ato de instalação, a presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da Suíça, Lili Nabholz, fez uma explanação sobre o funcionamento do Parlamento de seu país e lembrou a importância da troca de informações entre

os Legislativos para o fortalecimento da democracia.

Segundo a deputada, o Grupo Parlamentar Brasil-Suíça representa o início de uma longa amizade entre os dois Parla-mentos. O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), fez votos de que o grupo recém-criado seja responsável por uma maior aproximação não somente entre os dois Parla-mentos, mas também entre as duas populações.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) enalteceu a importância da criação do grupo, enquanto o senador Jefferson Péres (PDT-AM) indagou à deputada se a Suíça pensa em abandonar o que classificou de “posição isolacionista” perante o mundo. Em resposta, a deputada informou que caberá à população suíça, por meio de referendo popular, decidir se adere ou não a blocos políticos e econômicos.

Senado e Supremo terão cooperação técnica

Os presidentes do Senado, José Sarney, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, assinaram ontem protocolo de intenções para cooperação técnica, científica e cultural, aperfeiçoamento de recursos humanos e desenvolvimento de programas conjuntos em áreas de interesse comum das duas instituições.

Sarney ressaltou o respeito pela magistratura e pelo STF, por reconhecer “tudo o que representa para uma democracia moderna o trabalho da Justiça brasileira”. Ele colocou ainda à disposição do Supremo a estrutura do Senado.

– Hoje temos um sistema totalmente integrado à sociedade servindo à cidadania. Nosso site de informações já tem



PROTOCOLO Ao lado de Maurício Corrêa (E), Sarney assina documento que viabiliza programas conjuntos com o STF

mais de 800 mil acessos, devendo ultrapassar 1 milhão até o fim do ano. Nossa televisão a

cabo hoje concorre em nível de audiência com as emissoras comerciais – disse Sarney.



Tenório assume durante a licença de Teotonio

A Mesa diplomou ontem o senador suplente João Evangelista da Costa Tenório (AL) – à direita, cumprimentado pelo senador Romeu Tuma. João Tenório ocupa a vaga do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), licenciado do cargo por motivos pessoais. O novo parlamentar também integra o PSDB. Empresário em Alagoas, onde produz cana-de-açúcar, álcool e cocos, ele ocupa pela primeira vez um cargo político.



Pavan anuncia que José Serra vai ser eleito presidente do PSDB

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) – foto – antecipou que o ex-ministro da Saúde e ex-senador José Serra será eleito novo presidente do PSDB, em convenção que o partido realiza hoje, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portella, do Senado. Haverá também a eleição dos membros do diretório nacional e do conselho de ética e disciplina do partido.

Leonel Pavan revelou que ele próprio deverá ser escolhido para integrar a executiva nacional do PSDB e que o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ficará com a vice-presidência do partido.

José Cruz



Senadores discutirão mudanças na Ancine

A Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática do Senado decidiu, ontem, convidar o subchefe da Coordenação de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República, Luiz Alberto dos Santos, para prestar esclarecimentos sobre as decisões que o governo vem tomando em relação à Agência Nacional de Cinema (Ancine). A data da audiência pública ainda será marcada.

Waldemir Rodrigues



Audiência vai debater a qualidade da telefonia

O ministro das Comunicações, Miro Teixeira, deve participar de audiência, no dia 4, sobre a implementação ou não, pelas empresas de telefonia fixa, das metas de qualidade e universalização de seus serviços em municípios analisados pela Controladoria Geral da União. A audiência será promovida pela Subcomissão Permanente de Fiscalização das Agências Reguladoras. O convite foi sugerido pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) – foto.



José Cruz

DESEMPENHO João Ribeiro afirma que país deve exportar 1,3 milhão de toneladas este ano

Ribeiro quer ouvir exportador de carne

O senador João Ribeiro (PFL-TO) informou ontem, durante a sessão conjunta do Congresso, que vai solicitar a realização de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ouvir os segmentos envolvidos com as exportações brasileiras de carne. Seria convidada, entre outros, a recém-criada Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo).

Essa associação, segundo o senador, instituída em 11 de novembro, congrega mais de cem frigoríficos e pelo menos sete sindicatos de carne dos estados do Tocantins, Pará, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O objetivo da Abrafrigo, disse João Ribeiro, é integrar os pequenos e médios frigoríficos para atingir o mercado externo, tornando-se mais um canal institucional de interlocução com os compradores estrangeiros. A outra entidade é a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

João Ribeiro destacou que o Brasil conquistou a liderança mundial nas exportações de carnes, com a previsão de vender ao exterior 1,3 milhão de toneladas este ano.

Projeto deve revogar a resolução que aumentou este ano número de emendas de bancada

O presidente do Senado, José Sarney, propôs ontem a criação de grupo de trabalho para formular, até meados de 2004, as alterações nas regras para apresentação de emendas aos projetos anuais de orçamento. Sarney foi ao Plenário do Congresso quando a sessão era presidida pelo deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE). A proposta revogaria no final de junho do próximo ano a resolução que aumentou o número de emendas de bancada.

Os discursos na sessão conjunta estavam adquirindo um tom inflamado. O deputado Ricardo Barros (PP-PR) ameaçava pedir verificação de quórum e obstruir a votação dos créditos ao orçamento deste ano se sua proposta de revogar, no final de maio, as atuais regras para emendas não fosse examinada. Barros considerou que a resolução aprovada na semana passada, que permitiu o acréscimo de três emendas de bancada ao limite atual, não



José Cruz

DIÁLOGO Sarney (centro) conversa com parlamentares, no Plenário, sobre a adoção de novos critérios

refletiu acordo firmado entre deputados e senadores na Comissão Mista de Orçamento.

O deputado protestou contra a nova resolução que garantiu às bancadas com mais de 18 parlamentares que a autoria das três propostas adicionais seja dos senadores. Ele considerou que, como ficou redigida, a Câmara teria seu papel diminuído. E disse ainda que cedeu à "chantagem" dos senadores, que estariam obstruindo a tramitação do Orçamento de

2004, e que as novas regras poderiam desencadear futuramente uma nova "CPI dos anões do orçamento".

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) reagiu indignado, considerando inaceitável o termo colocado por Barros, "porque nenhum senador se presta a estelionato público". Disse também que os senadores não podiam ser agredidos em sua própria Casa, mas que interpretava o comportamento de Barros pela vontade de ver

aprovada a sua proposta. O senador Augusto Botelho (PDT-RR) também protestou, considerando-se ofendido pelo deputado, mas obteve o esclarecimento de Inocêncio Oliveira, que então presidia a sessão, de que a palavra havia sido retirada dos registros taquigráficos da sessão. O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), tentou acalmar os ânimos informando que o governo não se opõe à proposta de Barros.

Congresso aprova créditos para ministérios

O Congresso Nacional aprovou ontem a abertura de créditos especiais e suplementares ao Orçamento da União deste ano para ministérios e órgãos públicos.

Foram aprovados créditos para estatais nos valores de R\$ 3,895 bilhões e R\$ 3,627 bilhões; créditos especiais para o Ministério da Saúde, de R\$ 36,338 milhões e R\$ 2,500 mi-

lhões; e para o Ministério dos Transportes, de R\$ 1,544 milhão.

Os parlamentares também acolheram créditos especiais para a Justiça Federal, de R\$ 17 milhões; Justiça Federal e Eleitoral, de R\$ 4,3 milhões; Ministério da Previdência Social, de R\$ 10,635 bilhões; e para os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comuni-

cações, no total de R\$ 98,007 milhões. Os projetos vão agora à sanção presidencial.

O único item que teve votação adiada por falta de acordo foi o projeto que abre crédito especial ao Orçamento de Investimento, em favor da Petrobras, no valor de R\$ 598,042 milhões. A sessão conjunta foi presidida pelo deputado Inocêncio Oliveira.

Receberam voto contrário do PFL os projetos de crédito para a Justiça Federal e os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações. As lideranças do partido alegaram que o voto contra essa última matéria se devia à utilização de recursos da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide) para pagamento de pessoal.



Eduardo sugere que BNDES financie cursos superiores

Em vez de conceder financiamento para outros países, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deveria destinar uma parcela dos seus recursos a estudantes de nível superior para que possam pagar suas mensalidades nas faculdades privadas. A sugges-

tão foi apresentada em Plenário pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O senador pelo Tocantins lembrou que, anualmente, cerca de 400 mil jovens chegam ao mercado de trabalho, sendo que a grande maioria não tem diploma de curso superior.



Alvaro Dias cobra a constituição da CPI das reformas agrária e urbana

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apelou às lideranças partidárias para que indiquem seus representantes na comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar fatos relativos às reformas agrária e urbana. De acordo com o senador, o Congresso está sendo con-

vocado a se posicionar frente aos problemas de violência e desorganização que caracterizam o assunto no Brasil. Na presidência dos trabalhos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que enviará ofícios aos líderes partidários solicitando indicação de nomes.

Tebet defende reajuste para aposentados

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou ontem ao ministro da Previdência e ao governo federal para que paguem logo os 33% de reajuste aos aposentados que têm esse direito, conforme o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu em diversas ações. Ele disse que benefícios sonegados a quem tem direito não podem ficar para um futuro incerto e que a conveniência do Estado não pode prevalecer sobre o infortúnio do cidadão.

– Felizmente foi anunciada a prorrogação por mais cinco anos do prazo para que aposentados e pensionistas reivindiquem seus direitos. O governo fez justiça, mas não pode fazer pela metade. Com a prorrogação, os aposentados terão que ir aos tribunais em busca dos seus direitos. O governo tem por obrigação resolver esse problema e fazer justiça pela via administrativa. Por que esperar pela Justiça?

Paulo Paim (PT-RS) disse que, se o pagamento for retardado, o aposentado morre antes de receber. Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a situação é uma “maldade com os velhinhos”.

Paim pede rapidez na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Senador também quer mais empenho para reverter quadro de discriminação contra afro-descendentes

O senador Paulo Paim (PT-RS) apelou ontem para que, ao retomar os trabalhos em março, após o recesso parlamentar, o Congresso aprove o Estatuto da Igualdade Racial, atualmente em tramitação na Câmara. O desejo de Paim era que a maté-

ria fosse aprovada ontem, dia em que se comemora a Consciência Negra e o aniversário do herói brasileiro Zumbi dos Palmares.

Paim chamou a atenção para a importância histórica, política e social do dia 20 de novembro, por lembrar a luta pela liberdade, pela vida, contra o racismo e pela afirmação da diversidade cultural e do pluralismo.

– Zumbi é o verdadeiro herói nacional. Queremos que a data em que evocamos o seu sacri-

fício seja feriado nacional – afirmou Paim, acrescentando que as elites resistem à afirmação do herói popular.

Os esforços contra a discriminação e pela aprovação do estatuto justificam-se pelas condições desiguais vividas pelos afro-descendentes no Brasil, conforme o senador. Ele citou como exemplo os salários médios pagos às mulheres negras, atualmente de R\$ 494, segundo levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-

Econômicos (Dieese), contra os R\$ 896 recebidos pelas não-negras, e os R\$ 756 pagos aos homens negros. As mulheres negras também têm a maior taxa de desemprego. E quando conseguem um posto de trabalho, 72% delas têm que aceitar vagas no setor de serviços e no emprego doméstico.

– Diagnosticamos o mal, mas nada fazemos, ou fazemos o simbólico, que expressa boas intenções, mas não altera o quadro de profundas desigualdades – afirmou Paim.



RECONHECIMENTO Paim discursa em cerimônia de lançamento do carimbo comemorativo “Lanceiros Negros – Revolução Farroupilha”

Homenagem aos escravos que lutaram na Guerra dos Farrapos

Ao lado do diretor de administração dos Correios, Gabriel Pauli Fadel, Paulo Paim participou na manhã de ontem do lançamento do carimbo comemorativo “Lanceiros Negros – Revolução Farroupilha”, no Salão Nobre, onde também ocorreu apresentação de monólogo do ator Sirmar Antunes. O carimbo, que irá circular em cor-

respondências nacionais e internacionais, é uma homenagem aos escravos que lutaram ao lado do exército farrapo.

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Aelton Freitas (PL-MG) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, participaram da solenidade.

Luta contra a discriminação deve ser de todos, diz Ideli

Ao discursar no Dia Nacional da Consciência Negra, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o Brasil não pode perder a oportunidade de acabar com a discriminação contra os afro-descendentes. De acordo com a senadora, o momento atual é de grande importância, com um senador negro, Paulo Paim (PT-RS), alçado ao posto de vice-presidente do Senado, e o ministro Joaquim Barbosa, o primeiro negro a tomar assento no tribunal mais importante do país.

Ideli informou que ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a Alagoas, na região onde floresceu o Quilombo de Palmares, para homenagear os escravos negros e conceder títulos de propriedade rural a seus descendentes. Ela lembrou que 6 milhões de negros foram arrancados de suas terras para vir ao Brasil, na condição de escravos.

Em função da discriminação racial e da falta de oportunida-



DESIGUALDADE Ideli lembra que afro-descendentes formam a maioria dos analfabetos do país

des, os brasileiros negros ganham, nos dias de hoje, metade dos salários dos brancos e representam a maior parte dos analfabetos e dos pobres do país, ressaltou a senadora.

Para Ideli, o Dia Nacional da Consciência Negra deve servir para lembrar a todos a necessidade de trabalhar pelo fim da discriminação racial, de maneira pessoal e coletiva.



JUSTIÇA Conveniência do Estado não pode estar acima dos direitos dos idosos, diz Tebet

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma